O NOVO PLANO SAFRA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A PANDEMIA do novo coronavírus impactou acentuadamente a economia brasileira. Embora o setor agropecuário tenha sofrido menos do que a indústria e o comércio, houve uma desestruturação dos canais de escoamento de hortaliças, frutas, flores, pescados, leite, etanol, entre outros.

Fatores adversos estão influenciando os segmentos do agro em diferentes sentidos e intensidades. A pandemia modificou os canais de comercialização, alterou o padrão de consumo da população, afetou o câmbio e trouxe incerteza ao ambiente de negócios.

Por outro lado, a safra 2019/20 vem confirmando um recorde na produção de grãos, de 250,5 milhões de toneladas, com resultados positivos no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações, considerando que o agronegócio ultrapassou a marca de US$ 100 bilhões em doze meses.

A próxima safra iniciará em um contexto de pouca visibilidade sobre os rumos das economias brasileira e mundial. Nesse cenário, deve-se considerar alguns elementos adicionais: (i) a dificuldade de acesso ao crédito da pequena agricultura; (ii) o quadro de preços desafiador para importantes *commodities*; (iii) a manutenção da volatilidade cambial; (iv) a elevação dos custos de produção; (v) a demanda interna retraída em função do desarranjo da economia e do desemprego; e (vi) a dívida pública e o desafio fiscal crescentes.

Nesse contexto, em 17 de junho último, o governo federal apresentou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2020/2021, programando disponibilizar R$ 236,3 bilhões em crédito para a agropecuária, um acréscimo de 6,3% em relação à safra anterior.

Esse Plano Safra destina R$ 33,00 bilhões para pequenos agricultores (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf), R$ 33,12 bilhões para médios produtores (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Pronamp) e R$ 170,17 bilhões para grandes produtores.

Em função do recuo da taxa Selic de 6,00% para 2,25% a.a. entre julho de 2019 e junho de 2020, esperava-se uma redução mais expressiva das taxas do crédito rural, que foram fixadas entre 2,75% e 4,00% a.a. para o Pronaf, em 5,00% para o Pronamp e em 6,00% para os demais produtores.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) contará com orçamento de R$ 1,3 bilhão, um incremento de mais de 30% sobre os recursos disponibilizados em 2020.

Importantes linhas de investimento – como o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) e o Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra) – tiveram orçamentos ampliados e taxas reduzidas. Esses programas vão permitir aos produtores investirem em tecnologia para elevação da produtividade e da sustentabilidade, assim como na modernização da infraestrutura e dos processos para agregação de qualidade e valor aos produtos agropecuários.

Na avaliação da FAESP, o PAP 2020/2021 foi positivo, principalmente ao se considerar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre as finanças públicas. Houve ampliação de recursos, redução das taxas de juros, apoio aos pequenos e aos médios produtores, manutenção de linhas de investimento e ampliação dos recursos para o seguro rural, instrumento que tem potencial para estimular o mercado de crédito privado.

O Plano Safra poderia ter contado com reduções mais significativas nas taxas de juros, mas tem-se que reconhecer o esforço do Governo, que apresentou um plano robusto em uma conjuntura adversa.

Agora, é preciso garantir que os recursos e os programas estejam disponíveis aos produtores a partir de 1° de julho, sem burocracia e exigências indevidas, pois a agropecuária tem a missão de alimentar os brasileiros e gerar renda, empregos e oportunidades de desenvolvimento. O agro não pode parar! ■